

15 MAI 1988

# Qual é a conjuntura?

IGNACIO M. RANGEL

FOLHA DE SÃO PAULO

**E**logio em boca própria é vitupério —diziam os antigos. Ora, a julgar pelo seu discurso de 1º de Maio, meu confratâneo, o presidente Sarney, parece haver esquecido essa velhíssima verdade: Atribuindo-se a si mesmo tudo o que de bom lhe parece estar acontecendo ao país, o chefe do Estado, num momento em que a inflação bate recordes absolutos; em que o funcionalismo público vê subtraídos, com a supressão da URP por dois meses —por enquanto—, pelo menos 30% do seu salário real; em que as dívidas interna e externa crescem como a proverbial bola de neve, festeja-se a si mesmo e ao país.

Longe de mim atribuir tudo o que de mal nos está acontecendo ao presidente. Como na tragédia grega, o destino, nas vestes da conjuntura, é que responde por tudo. A candura com a qual o país e o presidente receberam o Plano Cruzado, e como agora recebemos esse "Plano URP", mostra que continuamos ao Deus-dará, isto é, não formamos idéia válida do que nos está acontecendo. Seria, portanto, falso atribuímos a nós próprios —país e presidente— nossas verdadeiras ou imaginárias ditas e desditas.

Como Edipo que, sem o saber, mata o próprio pai e gera uma prole maldita com a própria mãe, aqui vamos ou continuamos nós, fazendo as coisas mais destrambelhadas, como se elas fossem a própria essência da sabedoria. Como este absurdo "Plano URP", pelo qual julgamos estar resolvendo o problema das finanças públicas, tirando aos servidores públicos e assemelhados, na incapacidade de resistência, como simples aperitivo, 30% do salário real nos dois primeiros meses. Como simples aperitivo, porque devia ser óbvio que isso não resolverá problema algum.

Não sei de onde tirou o presidente a informação de que nosso desemprego está em declínio, quando não faz falta

nenhuma estatística para sentir que, nesse particular, a situação é desesperadora. Milhões de antigos camponeses, expulsos pelo trator das fainas agrícolas, são despejados sobre nossas cidades, que deles não carecem. Em parte eles se convertem em mendigos, prostitutas, pivetes e assaltantes, enquanto em outra parte se tornam seguranças ou "justiceiros". Há um momento em que o problema da ordem pública deixa de ser uma questão judiciário-policial, para converter-se em questão de interesse para a sobrevivência do próprio Estado, isto é, em questão política. Estará longe esse dia?

Na raiz de tudo isso vamos encontrar a estrutura agrária herdada do passado pré-industrialista e desmantelada pela industrialização, que permitiu ao trator arbitrar pela grande exploração agrícola. Uma estrutura que nós, os revolucionários dos anos 30, quisemos reformar, na convicção de que, sem isso, a industrialização seria impossível. Não tivemos êxito por motivos que agora sabemos, isto é, porque, ao contrário do que pensávamos, a industrialização, no modelo substituidor de importações, era e foi perfeitamente viável. Sem que isso queira dizer que não há necessidade de nenhuma reforma.

Com efeito, se a industrialização podia fazer-se sem reforma agrária, isso não quer dizer que essa omissão não teria consequências, ... por isso mesmo, que não torne imprescindível, depois, a reforma que não se fez antes. Uma reforma diferente, por certo, mas uma reforma, em todo caso.

Onde os reformistas dos anos 80 —esses que acabam de ser duramente batidos pela UDR e pelo Centrão, na ACN— estão equivocados, é que querem fazer agora a mesma reforma que nós não fizemos, naquele tempo. Inilto tempore, tínhamos grandes propriedades conjugadas com pequenas explora-

ções agrícolas, de modo que a divisão das terras acabaria com essa contradição, ao passo que temos agora grandes explorações feitas em grandes propriedades. Isso não quer dizer que nesse novo arranjo não haja contradições, mas simplesmente que serão outras as contradições. Contradições em princípio conciliáveis, mas que se tornaram inconciliáveis. E não por supostos erros nossos, mas, muito precisamente, pelos nossos acertos e êxitos. Mais uma vez, o desenvolvimento das forças produtivas torna imperativas mudanças institucionais.

O novo latifúndio capitalista —projeção para o setor agrícola do processo de industrialização começado no quadro urbano— distingue-se tanto do velho latifúndio feudal como da antiga exploração familiar, onde houvesse, ou onde vier a surgir, em primeiro lugar, pelo radical aumento da produtividade do trabalho e, em segundo lugar, porque, apoiando-se na moderna técnica agrícola, pode explorar terras antes inservíveis, seja para o velho latifúndio, seja para a exploração familiar. Segue-se que o Brasil agrícola, constantes as suas fronteiras geográficas, expande-se continuamente, tanto através do fator trabalho, como do fator terra.

Estes são os aspectos positivos da reforma em marcha, no quadro das forças produtivas, a qual exigirá uma outra reforma, no quadro das relações de produção. Mas há também aspectos negativos, a começar pela agressão a que a nova técnica expõe a ecologia, um problema que tomará tempo para ser resolvido, e que não nos ocupa, neste momento. Outro aspecto negativo é o fato de que, em razão do aumento da produtividade do trabalho, sobra mão-de-obra, que é despejada sobre as cidades, que dela não carece.

Esse segundo aspecto negativo terá que buscar solução, em grande parte,

fora do quadro agrícola, isto é, no quadro das indústrias e dos serviços, cuja expansão deve ser promovida, para engendrar demanda para a mão-de-obra sobrando. Uma redução da produtividade do trabalho seria inconcebível.

Mas resta em suspenso um problema cuja solução deverá ser, por excelência, o objeto da nova reforma agrária. Refiro-me ao fato de que o nascente latifúndio capitalista, geralmente monocultorista, não se limita a aumentar a produtividade do trabalho, em geral. Para a maior parte da mão-de-obra que engaja —o "bóia fria" ou "volante"— somente assegura um emprego parcial. Não apenas não engaja todos os membros da família camponesa, como, dos membros que engaja, somente utiliza parte do tempo. Esquemáticamente, portanto, utiliza parte do tempo, de parte dos membros da família.

O fato de somente ser utilizado tempo de trabalho de parte dos membros da família tem o grave efeito de promover a desagregação desta; por outro lado, o fato de deixar sem aplicação parte do tempo dos membros ativos da família compromete o nível de vida desta. A solução para esse duplo problema —segundo a experiência provada, em todo o mundo— consiste na entrega à família de um minifúndio, onde esta possa implantar a própria residência e organizar uma produção, agrícola e não agrícola, para auto-consumo.

Essa a essência da reforma agrária em perspectiva, com a peculiaridade de que carecerá de muito menos terras do que a reforma agrária convencional. Na prática deverá ser vista como uma extensão da reforma urbana que acaba de ser votada pela Constituinte.

IGNACIO M. RANGEL, 74, economista, é membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.